



Bloco de Esquerda

N.º de Entrada 394/54

Classificação

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

05/04/02



REQUERIMENTO

Data 04

Número

/XI (.ª)



PERGUNTA

Número 3825 /XI (.ª)

Expeça-se

Publique-se

07/04/2011

Q Secretário da Mesa

RCC

Assunto: Alargamento de aterro sanitário de Mato da Cruz e nova pedreira da Cimpor preocupa populações de Arcena e Calhandriz, no concelho de Vila Franca de Xira

Destinatário: Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território

Por determinação de S.ª S.ª P.ª A.ª
S.ª Secretária da Mesa

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

11.04.06
Mesa

O aterro sanitário de Mato da Cruz, situado na freguesia de Calhandriz, próximo de Arcena, Alverca, no concelho de Vila Franca de Xira (VFX), iniciou o seu funcionamento em Julho de 1998 pela ValorSul, no mesmo local onde existia uma lixeira municipal.

A localização do aterro sempre foi problemática, não só por se situar junto da nascente do rio Crós-Cós, um afluente do rio Tejo que escoia por Arcena, Bom-Sucesso e Alverca do Ribatejo e tem sofrido uma intensa poluição ao longo dos anos, mas também por afectar com maus cheiros zonas residenciais de Arcena e Calhandriz situadas nas proximidades.

A ValorSul pretende efectuar o alargamento deste aterro em 13,5 hectares para receber mais 300 mil m³ de resíduos sólidos urbanos dos concelhos de Vila Franca de Xira, Amadora, Loures, Odivelas e Lisboa, com a justificação de que é necessário para garantir o funcionamento do sistema até ao final da concessão que termina em 2020.

Esta pretensão foi aprovada por todos os partidos com assento na Câmara Municipal de VFX, atribuindo-lhe uma declaração de interesse municipal, apesar da pouca informação existente e ignorando os protestos das populações que receiam pelo agravamento dos maus cheiros, da poluição do rio e ribeiros, da pioria da sua qualidade de vida.

Refira-se que ainda não foi elaborado qualquer Estudo de Impacte Ambiental (EIA) sobre o alargamento do aterro, obrigatório ao abrigo do regime jurídico da Avaliação de Impacte Ambiental, mesmo a ValorSul tendo a intenção de iniciar as obras já no início de 2012 e já serem visíveis no terreno as marcações para o dito alargamento. Só um EIA poderá aferir dos impactes para o ambiente, a saúde pública e qualidade de vida das populações deste projecto e estudar localizações alternativas com menos impactes para concretizar os mesmos objectivos.

Igualmente preocupante é o projecto da Cimpor de abertura de uma pedreira de extracção de margas e calcários numa área de 71,7 hectares em Arcena, parte da qual servirá depois de explorada para a

área de alargamento do aterro de Mato da Cruz, conforme é possível constatar no Resumo Não Técnico (pág. 11) do respectivo EIA, actualmente em consulta pública.

Esta pedreira situa-se a escassos quilómetros da malha urbana e tem casas nas proximidades, além de estar situada nas bacias hidrográficas do rio Crós-Crós e Silveira, o que levanta preocupações sobre os seus impactes para o ambiente, a saúde pública e a qualidade de vida das populações devido aos reventamentos, presença de poeiras no ar e passagem de transportes pesados de mercadorias, matérias que aparentam ter sido insuficientemente analisadas no EIA. Também este projecto, mesmo sem os impactes ambientais e sociais serem totalmente conhecidos, recebeu declaração de interesse municipal pela autarquia.

O Bloco de Esquerda compreende as preocupações das populações e considera que são precisos mais esclarecimentos sobre os projectos em curso que comprovem a sua inocuidade para o ambiente, a saúde pública e a qualidade de vida.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território, as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério conhecimento da pretensão a ValorSul alargar o aterro sanitário de Mato da Cruz em 13,5 hectares para receber mais 300 mil m³ de resíduos? Considera que se justifica este alargamento e, se sim, vão exigir o estudo de localizações alternativas, tendo em conta os impactes que este aterro tem tido nos últimos 20 anos para as populações de Calhandriz e Arcena?
2. Quais os resultados da monitorização e controlo ambientais realizados no aterro sanitário de Mato da Cruz, nomeadamente sobre a drenagem e tratamento dos lixiviados e seus eventuais impactes na qualidade da água de ribeiras e do rio Crós-Crós, afluente do rio Tejo?
3. Considera o Ministério que o EIA relativo à pedreira de Arcena, um projecto da Cimpor, estuda convenientemente todos os impactes para o ambiente, em especial no que diz respeito aos recursos hídricos? E para as populações que se situam nas proximidades, tendo em conta que uma pedreira tem um nível de poluição sonora, do ar e implica um acréscimo de tráfego pesado que pode causar incómodo e causar dano à saúde pública e qualidade de vida?

Palácio de São Bento, 6 de Abril de 2011.

A Deputada,



Rita Calvário